

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DE *COMUNITÁRIO* EM UMA RÁDIO MILITANTE

[ARTIGO]

Ricardo Gonçalves Severo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O artigo analisa quais são as pautas pertinentes e as características da RádioCom, uma rádio comunitária do interior do Rio Grande do Sul, abordando quais grupos a constituíram e a forma de comunicação do sentido de comunitário aplicado. Para tanto, considera-se o contexto no qual a rádio surgiu, com quais organizações os indivíduos estão envolvidos e quais referências são utilizadas para comunicar os valores políticos do grupo. O trabalho foi realizado por meio de observação participante e entrevistas, no período de 2011 a 2013, na rádio ainda em operação. A pesquisa possibilitou compreender como se dá a dinâmica em um movimento social e a relação existente entre partidos políticos e demais organizações políticas envolvidas, bem como as dificuldades de implementação dos elementos discursivos, considerando-se os limites estruturais relacionados aos envolvimento partidários dos dirigentes do projeto.

Palavras-chave: Rádio comunitária. Participação política. Militância. Movimento social. Sociologia política.

This paper analyzes what is the pertinent guidelines and the specific characteristics of RádioCom, a communitarian radio in Rio Grande Do Sul inlands. It addresses which groups had constituted it and what was the communication form of communitary sense applied. To this end, one considers the context which the radio appears, which organizations and individuals are involved and which references are used to communicate the political values of the group. This work was conducted through participant observation and interviews, from 2011 to 2013 in the radio that was still in operation. The research made it possible to understand how the dynamics of a social movement and the link between political parties and other political organizations involved, as well as the implementations difficulties of discursive elements, considering the structural limits related to the party engagement of the project leaders.

Keywords: Community radio. Political Participation. Militancy. Social movement. Political Sociology.

El artículo analiza cuáles son las pautas pertinentes y las características de RádioCom, una radio comunitária del interior de Rio Grande do Sul. Analiza cuáles grupos la constituyeron y el modo de comunicación del sentido de “comunitario” aplicado. Para tanto se considera el contexto en el cual surge la radio, con cuales organizaciones los individuos se involucran y cuales referencias son utilizadas para comunicar los valores políticos del grupo. El trabajo fue realizado por medio de observación participante y entrevistas, en el periodo del 2011 al 2013, con la radio todavía en operación. La investigación posibilitó comprender como ocurre la dinámica en un movimiento social y la relación existente entre partidos políticos y otras organizaciones políticas involucradas además de las dificultades de implementación de los elementos discursivos, considerándose los límites estructurales, relacionados a las cuestiones partidarias de los dirigentes del proyecto.

Palabras clave: Radio comunitaria. Participación política. Activismo. Movimiento social. Sociología política.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a construção de uma rádio comunitária gerida por sindicatos na cidade de Pelotas, no interior do Rio Grande do Sul. O estudo centra-se na relação entre as características dos sujeitos envolvidos no projeto e o discurso proposto, de forma a perceber a sua realização e continuidade ao longo do tempo.

A pesquisa foi realizada por meio de observação participante e de entrevistas com os participantes da rádio, utilizando pseudônimos para não identificar os informantes. O objetivo do trabalho é compreender qual é o sentido dado pelos integrantes da RádioCom à noção de *comunitário* e *popular*. Para a compreensão detalhada da construção apresenta-se o histórico da rádio e de seus integrantes.

CONTEXTO E ATORES ENVOLVIDOS

A RádioCom iniciou sua transmissão no ano de 2000 na cidade de Pelotas/RS, em uma sala comercial de propriedade do sindicato dos bancários que havia sido ocupada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em um prédio comercial. Fica no centro da cidade, a uma quadra do centro histórico, principal área comercial da cidade. A rádio está em um local central e estratégico, seja para cobertura de manifestações ou para entrevistar autoridades municipais. A maioria das manifestações ocorre nestes locais, o que permitiu,

em muitas situações, que os comunicadores pudessem acompanhar diretamente as mobilizações e entrar na programação com informações sobre o que ocorria.

Além de central, a emissora dispõe de estrutura e de pessoal, comparando-se com outras rádios comunitárias, de forma privilegiada. Na sala comercial em que a rádio opera há uma divisão entre a sala de transmissão e de produção. Na entrada ficam cartazes de cursos de formação realizados na sede do sindicato dos bancários, tendo como tema a formação política e a construção da comunicação “contra-hegemônica”, além do enfoque na política latino-americana. Também há adesivos de outros movimentos sociais, como MST e MTD, além do adesivo da campanha de Olívio Dutra a governador do Rio Grande do Sul (governador do estado de 1999 a 2002).

Na sala de operação há um computador, uma mesa de som e três microfones, sendo isolada acusticamente e contando com acervo de CDs, LPs e demais equipamentos necessários à transmissão. Vê-se, ao lado da janela, um quadro de estopa com uma foto de Che Guevara e uma frase dele. Na sala de produção há dois computadores com internet. Conta com quatro pessoas que trabalham na função de operadores de som e mais duas pessoas que trabalham como jornalistas. Elas recebem o piso salarial de radialista, com uma carga horária de cinco horas diárias¹.

[1] À época (2012), o valor era de um salário mínimo (aproximadamente R\$ 622,00).

Além do pessoal pago para estar envolvido cotidianamente, há a presença constante dos coordenadores, na maioria sindicalistas liberados para atividades sindicais e militantes, além de a rádio sempre contar com um número expressivo de voluntários. É significativa, desde sua origem, a presença de universitários, a maioria ligada ao movimento estudantil e integrante de alguma corrente partidária².

Muitos dos sindicalistas também são ou foram estudantes universitários, em especial do curso de Comunicação Social (Universidade Católica de Pelotas), o que gerou uma influência de autores que trazem um viés crítico na criação da rádio, especialmente em termos conceituais, trazendo o debate de autores da comunicação crítica na construção ideal da rádio, assim como pela inclusão na rede social de estudantes e professores universitários. Estes colaboram, seja na rádio ou em demais espaços militantes desses grupos, auxiliando na produção de programas culturais, de notícias, na produção de jornais sindicais etc.

Neste cenário inicial de mobilização e criação da emissora foi possível perceber a polarização esquerda (movimentos sociais e sindicatos) versus direita (governo). Já no ano 2000, houve a eleição de Fernando Marroni (PT) para a Prefeitura Municipal de Pelotas. Alguns produtores da rádio, no decorrer dessa gestão (que foi até 2004, não sendo reeleita), foram convidados a atuar no governo com cargos de confiança (CCs) e saíram da emissora, retornando depois do fim desse mandato. A rádio, que inicialmente “aliviava” somente para o Governo

Estadual (Olívio Dutra - PT), passou a “aliviar” para Marroni, havendo, no entanto, espaço para a crítica, desde que restrito ao espaço das “diferenças internas”.

A compreensão sobre a delimitação ideológica entre esquerda e direita modificou-se à medida que a primeira se institucionalizou, mudando, em muitas situações, o tom da crítica. A direita, em muitas falas na rádio, passou a ser indicada de forma mais abstrata, indicando-se valores conservadores sem identificar seus executores. O antagonista, figura bem definida e que por contraste ajudava a formar a identidade do bloco, tornou-se difuso. Do Governo Municipal, por exemplo, começou-se a realçar a “burguesia local decadente”, que dificultava a mudança ou a implementação de políticas mais progressistas. Também foram ressaltados os valores “provincianos” como negativos.

Em Pelotas, o *provincianismo* era identificado como aqueles elementos “arcaicos”, “atrasados” e que dificultavam a implementação de uma política e trato impessoal, valor que não era aplicado pelos críticos. O provincianismo passou a ser identificado, pelos agentes da rádio, como um valor da burguesia e classe média local que baseia seu poder num fechamento de oportunidades de qualquer ordem para aqueles que não participam de seu círculo social.

Em 2002, Lula foi eleito presidente da República. O leque de alianças dessa candidatura ampliou a base do governo, incluindo partidos como PL, PDT e outros no decorrer do mandato petista, como PMDB e PP, que antes, da perspectiva dos movimentos sociais e do próprio PT, eram percebidos como antagonistas. A crítica a muitas práticas do governo, que eram vistas como negativas, em especial no que tange ao

[2] No princípio da rádio (de 2000 até aproximadamente 2002) especialmente do PT (DS, BS, Articulação de Esquerda, Tendência Marxista) e PCdoB.

trato com os movimentos sociais, foram abrandadas. Ocorreu a mudança na fala no sentido de destacar os traços positivos, como as políticas sociais, as obras etc.

A partir de 2002 percebeu-se que parte significativa do movimento sindical e alguns movimentos sociais passaram a uma estratégia de negociação, compreendendo que o governo “estava em disputa”. Isso ocorreu em razão de que muitos dos integrantes do governo, especialmente os quadros do PT, são oriundos do movimento sindical e de demais movimentos sociais. Sujeitos que ontem eram da sociedade civil se instauraram na institucionalidade, fenômeno que é percebido na rádio desde o mandato do prefeito Fernando Marroni.

Algumas pessoas da rádio passaram a trabalhar no governo. Outras, em razão de suas preferências partidárias, amenizaram seu tom crítico em relação ao governo, especialmente alguns sindicalistas. Além das questões ideológicas, aqueles sindicalistas que estavam na universidade formavam-se e deixavam de frequentar tal espaço, o que encerrava um ciclo de renovação de jovens que chegavam à rádio por intermédio desses sindicalistas. Muitos jovens que militavam na rádio formavam-se e também buscavam novos empregos. Alguns sujeitos-chave, que coordenavam e acompanhavam a rádio no dia a dia, mudaram-se para outras cidades, como é o caso de Cláudio³, filiado ao PC do B e também sindicalista bancário. Ele foi para outra cidade do estado para trabalhar em uma empresa que presta assessoria em campanhas eleitorais para cargos públicos e também para sindicatos da região metropolitana.

Os sindicalistas e demais militantes que permaneceram acharam-se desgastados pelas responsabilidades cotidianas, seja no sindicato ou na emissora, havendo pouca renovação nas posições de coordenação. Por exemplo: durante um período foi comum a Anatel realizar, com escolta da Polícia Federal, “batidas” para lacrar e confiscar equipamentos como antenas, computadores e demais utilitários que servem para a transmissão, além de responsabilizar juridicamente aqueles que se colocavam como representantes da rádio, no caso, os sindicalistas. Tais fiscalizações e pressões policiais eram muito desgastantes para aqueles que se encontravam na rádio.

Havia eleições para a coordenação, mas geralmente permaneciam as mesmas pessoas, “por falta de gente interessada”, conforme o relato de um dos coordenadores. Tal responsabilidade sobre as lideranças, como destaca Michells (1982), seja pelo tempo de envolvimento, como pela energia necessária para dar continuidade à organização, tende a desgastá-las, seja perante os integrantes da rádio, mas também no que diz respeito à sua vida particular. Observa-se, nesse sentido, que tal dinâmica influenciou para que se tornassem menos presentes no dia a dia, mantendo apenas as atividades essenciais para a continuidade da rádio, como pagamento de pessoal e demais atividades administrativas. Essa ausência causa, pela parte dos demais integrantes da rádio, sentimentos dúbios. Enquanto alguns reclamam de um excesso de autoridade desses sindicalistas, alguns se ressentem de sua ausência, sentindo-se “solitários”, pois não vislumbram exemplos a serem seguidos, dado que os sindicalistas não se encontram mais no dia a dia da estação.

Desse modo, recai sobre o sindicalismo a responsabilidade de manutenção

[3] Os nomes apresentados são fictícios.

desse instrumento, sobrecarregando com responsabilidades legais e financeiras muitos dos envolvidos, que respondem pela rádio desde sua fundação. Além dessas responsabilidades, esses sindicalistas, muitas vezes, são cobrados pelos colegas de sindicato pela sua participação na rádio, sem que percebam, no entanto, um “retorno” pelo investimento nessa organização.

A renovação dos quadros da rádio é enormemente restrita, muito em razão de que diversos dos integrantes da esquerda, que antes passavam por um estágio de formação militante nos movimentos sociais, atualmente vão diretamente para o governo. A antiga referência a correntes partidárias perde o sentido, pois tais sujeitos não participam mais da rádio.

Os militantes que se encontram hoje na emissora são oriundos de movimentos sociais criados para utilização de bens e serviços públicos (usuários dos Centro de Atenção Psicossocial, por exemplo). São jovens jornalistas que foram formados politicamente por aqueles sindicalistas que fizeram Comunicação Social, sem, no entanto, aderirem ao petismo e mantendo-se sem ligações partidárias, mas mantendo uma visão de esquerda, e demais interessados em *cultura*, compreendida como expressão artística, desde que em uma perspectiva alternativa. A rádio tem perdido, ao que parece, um pouco da antiga unidade política que tinha antes da ascensão do petismo ao governo. O processo de renovação de militantes na rádio muda significativamente muito em razão das transformações conjunturais na política, que vão transformar as características daquele bloco político no qual a rede surge e que se desestrutura ou se modifica consideravelmente após a chegada do PT ao Governo Federal.

QUAL RÁDIO E QUE COMUNIDADE?

De acordo com a legislação dirigida às rádios comunitárias⁴, estas devem ter baixa potência de transmissão, restringindo-se à área em que está localizada, sendo uma concepção de comunicação, portanto, restrita a um território⁵. Além disso, devem trazer a preocupação principal de prestação de serviços para essa população, sendo vedado o “proselitismo”. Restringe-se essa forma de comunicação ao bairro (MARTIN-BARBERO, 2007; VENTURA, 2007), percebido como o local por excelência para a formação de laços comunitários.

Na prática, essas rádios são, geralmente, de propriedade de uma pessoa ou de um grupo religioso (FASANO, 2011), assim como são usadas para angariar votos para algum candidato a vereador, como nota Monique Aguiar (2007). A autora percebe que há uma visão romântica das rádios comunitárias por parte da produção acadêmica de viés marxista. Essa perspectiva, via de regra, não corresponde à realidade empírica de muitas rádios pesquisadas, pois é imputada às rádios uma capacidade transformadora, na qual a classe popular⁶

[4] Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

[5] Lê-se: § 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

[6] O termo não é isento de disputa na bibliografia (PERUZZO, 1998), e também debatido pelos produtores da RádioCom. Concebe-se a classe popular como uma realidade econômica e também política e cultural em oposição à classe dominante, que seria a burguesia detentora dos meios de produção econômica e cultural. Traz implícita uma noção gramsciana que coloca uma disputa entre dominantes e dominados e que no debate da comunicação

seria a portadora de uma visão de mudança da realidade (AGUIAR, 2007, p. 135). Essa compreensão traz implícito o potencial de agitação desse formato de comunicação (VENTURA, 2007; CILTO, 2006; GIRARDI; JACOBUS, 2009; PERUZZO, 1998; SILVA, 2008; CARVALHAL, 2010). A distância entre realidade e produção acadêmica não é o caso da RádioCom, que agora se apresenta em razão do momento histórico e dos sujeitos envolvidos em sua criação⁷.

Parte significativa da bibliografia sobre rádios comunitárias é produzida por comunicadores sociais ou sociólogos, que

social busca disputar os meios de comunicação de forma a travar uma “luta de hegemonia” pelas representações legítimas do que é o popular. O termo, em síntese, não trata do quantitativo, daquilo que a maioria das pessoas ouve, por exemplo, mas de conteúdo, que deve trazer temas próprios ao que se compreende, por parte dos executores da rádio, ser próprio da realidade socioeconômica destas pessoas. Assim, em estilo musical, não se tocam músicas que são compreendidas como de propriedade do status quo, como artistas da moda, mas músicos locais que não têm espaço na mídia tradicional e também artistas como Chico Buarque que são, para estas pessoas, um representante de música engajada e popular, mesmo que não seja ouvida pela maioria das pessoas categorizadas como populares.

[7] A emissora foi criada por sindicalistas, jornalistas, militantes partidários e estudantes de comunicação social que tiveram conhecimento do trajeto sócio-histórico das rádios comunitárias no Brasil. Estas surgem no Brasil, a partir da década de 1960 como rádios amadoras, e na década de 1970 e 1980 teve um crescimento significativo em especial nos bairros e vilas, por iniciativa de associações de bairro, e tratavam de demandas locais. Por essa razão, defende-se que os indivíduos pesquisados, em 1998, estariam *deslocados* temporalmente e de grupo social no qual surge o fenômeno das rádios deste perfil. A escolha por este formato parece ter sido instrumental, dada a impossibilidade de se criar uma rádio educativa ou comercial e ideológica, de forma a trazer o tema do comunitarismo em um sentido de pertencimento de grupo ligado a uma construção da esquerda local, que é o caso do grupo participante do bloco histórico que funda a RádioCom e do qual participam alguns sindicatos, ONGs e partidos de esquerda no município de Pelotas.

têm inserção nos movimentos sociais e tratam de como a rádio comunitária deve ser. São pesquisadores engajados que procuram escrever, via de regra, para pessoas engajadas. São esses autores que se identificam como referência aos produtores da rádio, dada a maneira como a estrutura da organização foi montada e pela forma como trabalham cotidianamente.

Aguiar (2007) critica tal construção do objeto, compreendendo-a como normativa e desvinculada da realidade da maioria das rádios comunitárias do Brasil. Segundo a autora, constitui-se a imagem da rádio comunitária como aquela que:

[...] valoriza a pluralidade social, amplia a esfera pública local, promove a participação popular, conscientiza politicamente, trabalha a cidadania, presta serviços, democratiza a sociedade não adere à defesa de candidatos ou partidos políticos, não possui fins lucrativos, incrementa a cultura e a identidade locais e etc. (AGUIAR, 2007, p. 140).

Tais características são os requisitos colocados, de acordo com a autora, pelos defensores normativos da comunicação comunitária, e que tentam diferenciar as “autenticamente comunitárias” daquelas que somente operam no “modelo comunitário”, mas que se guiarão por uma forma privada de comunicação. Tal tipologia é identificada em Girardi e Jacobus (2009), quando separam as rádios em: *comunitárias* – que têm uma intenção democrática; *livres* – que se diferenciam por não buscar a legalização; *picaretárias* – de propriedade privada, que copiam a comunicação comercial e também promovem candidatos a cargos públicos; e *neopentecostais* – de posse de alguma igreja e com finalidade religiosa.

Aguiar discorda da perspectiva de diferenciação de rádios e de que há uma “autêntica”, compreendendo tal tipologia como romântica e engajada. Entendendo que parte significativa das rádios foge de tal perspectiva, considera-se que a organização estudada é exatamente o modelo de rádio comunitária de Girardi e Jacobus (2009), muito em razão do público que a construiu e que a acompanha enquanto ouvinte – ou *radiocompanheiro*, como os próprios produtores definem.

Mesmo considerando a crítica da visão romântica, quando se trata das rádios comunitárias de maneira genérica, é relevante observar quais são os elementos-guia dessa orientação em razão da percepção dos valores que são operados pelos indivíduos pesquisados. Muitos dos integrantes da RádioCom são ativistas e há, em suas visões, uma diferença nos modelos de gestão de uma rádio comunitária, valendo para eles a noção de autenticidade, que significa, em resumo, não copiar um modelo comercial e também não ser de propriedade privada, elementos distintivos das demais rádios.

Leal e Ribeiro (2007, p. 78), em um estudo comparativo de rádios comunitárias no Brasil e na França, compreendem que a rádio comunitária é:

[...] um meio de veiculação de conteúdos que expressam interesses e demandas de minorias em uma linguagem que representa a diversidade cultural, étnica, territorial, a qual, muitas vezes, é negligenciada pela indústria da comunicação de largo alcance.

O fenômeno que se observa alinha-se a tal percepção, dado o tom discursivo na fundação e execução da estação, especialmente quando se trata de propagar a importância

da diversidade da qual é composta, trazendo o discurso de composição de grupos que são excluídos da comunicação tradicional.

Leal e Ribeiro (2007) trazem como requisito de uma rádio com as características apontadas acima a necessidade de tratar da diversidade e do pluralismo de perspectivas, o que é tratado à exaustão na rádio, seja em programas, nos *spots*⁸ ou por seus colaboradores em eventos públicos. Deve-se, necessariamente, representar a busca de um consenso dos agentes envolvidos em sua realização, o que ocorre elencando os antagonistas, no caso, as mídias comerciais e os partidos de direita, assim como o “senso comum”. Baseando-se em Habermas (1989), os autores compreendem que é papel desse instrumento a consolidação de um espaço público que busque o diálogo entre os indivíduos desta comunidade. Uma das formas de constituir tal espaço dá-se, necessariamente, sem a interferência do econômico, motivo pelo qual esses agentes são tão criteriosos na seleção de seus apoiadores, que não devem fugir daquilo que creem, constituir o grupo do qual se compõem enquanto bloco, posto em termos de classe social.

Há constantemente a insistência na construção deste espaço público, que seria a própria emissora, buscando instigar a participação dos ouvintes – *radiocompanheiros*, *construtores* e *colaboradores*, entre outros termos que buscam, e tentam, pelo menos em argumento, não diferenciar emissor e emitente da fala.

Jankowski e Prehn (2002) compreendem que num veículo de comunicação com

[8] Termo utilizado para denominar pequenas inserções gravadas, de aproximadamente trinta segundos, tratando de temas diversos.

tais características faz-se presente a participação, seja na posse, na programação ou no financiamento da rádio, pois possibilita a expressão de grupos marginalizados que via de regra não encontram espaços de expressão pública. A forma de participação na Rádio-Com, pensando-se em tais critérios, dá-se na participação na programação, seja na criação de programas por parte de tais grupos ou participação pontual, na forma de ligações e mensagens sem edição dos produtores e no convite à participação dos espaços de decisão, como assembleias, além da tentativa de financiamento voluntário, o qual até o momento não se mostrou exitoso, dado o baixo retorno financeiro das campanhas de arrecadação na busca de associados à rádio.

Além de compreender que o elemento central é a possibilidade aberta por esse veículo de expressão de grupos não representados pela mídia comercial, ressalta-se a necessidade de a comunidade gerir a rádio, não sendo apenas receptora, mas gestora e produtora. A mesma compreensão é verificada em Lílian Bahia (2008), a qual afirma que a gestão de uma rádio comunitária deve ser pública; a rádio deve operar sem finalidade de lucro e com programação plural. Não observando tais requisitos, a rádio será, na realidade, comercial, com fins individualistas. Para essa autora, a prova de autenticidade de uma rádio comunitária, considerando tanto a origem quanto os objetivos do grupo, é observada caso sejam constatados os seguintes requisitos:

A programação comunitária se define a partir do foco centrado na realidade local, e a gestão deve ser coletiva, contando com a participação direta da comunidade a partir da deliberação de conselhos e assembleias. A interatividade nessa modalidade de emissora se dá na medida

em que o microfone é acessível para que a comunidade possa se manifestar. São ainda características da rádio comunitária a valorização da cultura local e compromisso com a cidadania, no sentido de se comprometer com a educação voltada para a construção e o exercício da cidadania e, por fim, a democratização da comunicação (BAHIA, 2008, p. 33).

A maioria desses elementos está presente na realidade observada, como já exposto. A programação da rádio é feita pelos indivíduos mais distintos, a partir da apresentação de projetos de programa⁹, pessoas que, de fato, não teriam acesso à produção de um programa em uma rádio comercial por não buscarem se expressar para um grupo muito específico, como o caso de usuários da escola Luis Braille para cegos, ou usuários do Centro de atenção psicossocial (CAPS).

Durante a programação, nos intervalos, são veiculadas campanhas educativas diversas, como a necessidade de confecção de documentos de identificação, programas de saúde e cuidados com a alimentação e o uso de agrotóxicos, entre outros. Da mesma forma, a gestão e as deliberações são orientadas para que sejam tomadas em assembleias, sendo o convite para participação feito a todos os participantes da rádio, incluindo ouvintes. O fato é que a participação efetiva em assembleias é, via de regra, restrita aos mesmos agentes de sempre: sindicalistas, trabalhadores remunerados da rádio, militantes e apoiadores de outras organizações militantes.

[9] Pessoas e grupos interessados em realizar um programa apresentam um projeto escrito aos coordenadores, no qual se identificam e são nominados os objetivos do programa, também apresentando seu público-alvo.

O convite à participação em tais eventos é feito durante a programação e é entregue convite para cada produtor, sem que haja um retorno efetivo da participação nesse espaço por parte dessas pessoas, que parecem satisfeitas em deixar tais decisões a cargo de militantes e sindicalistas. O curioso é que os sindicalistas são muitas vezes criticados por centralizarem o poder de decisão sobre a rádio e, nas assembleias, os seus críticos os elegem novamente para cargos da coordenação.

Mesmo com tais restrições, há uma tentativa efetiva de buscar, em todos os espaços da estação, maior participação na gestão e na produção da programação. Devem ser observados, porém, os recortes ideológicos que definem o pertencimento à rede social na qual a estação está inserida, buscando vincular tais aspectos ao público-alvo e aos seus produtores.

DEFINIÇÃO DO POVO: QUEM PRODUZ E PARA QUEM SE DIRIGE A COMUNICAÇÃO?

Não seria incorreto definir o que foi até aqui exposto como orientações para o que se compreende como rádio comunitária, gerida pelo “povo”, para as comunidades e os movimentos sociais. Encontra-se a síntese dessa concepção em Peruzzo (1998), a qual define que as rádios comunitárias seriam:

[...] aquelas que, tendo como finalidade primordial servir à comunidade, podem contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e a construção da cidadania. Este não é o caso, por exemplo, das

rádios que só têm caráter comercial (PERUZZO, 1998, p. 253).

Cabe a ressalva sobre o agente legítimo, o povo. Peruzzo (1998) coloca o problema da definição do termo ou a diversidade de sentidos que pode ser empregada. O termo *povo* estaria relacionado a uma visão dos movimentos sociais progressistas, ligados à classe trabalhadora, como o movimento feminista, o ambientalista e as associações de bairro, significando, por exemplo, “as classes subalternas, submissas, econômico e politicamente, às classes dominantes” (PERUZZO, 1998, p. 117). É nesse sentido que os agentes investigados tomam o termo, ao contrário de uma percepção que tomaria *povo* como elemento quantitativo e, portanto, em termos de quantidade de audiência, que se orienta por aquilo que é consumido culturalmente pela maioria. O termo busca reforçar uma demarcação política, dirigida contra alguém, diferindo-se de uma noção descritiva.

Há de existir a polarização *dominantes X dominados* para que a forma de comunicação adotada faça sentido para esses sujeitos. Tal concepção de mundo traz consigo a percepção de que tal polarização é capaz de modificar a realidade social, na qual os problemas sociais vivenciados pelos grupos que seriam representados pela comunicação comunitária têm origem na concentração de recursos nas mãos dos dominantes (mídia comercial relacionada com uma burguesia nacional). Ademais, coloca-se a necessidade de autorrepresentação nesse tipo de mídia, residindo aí um dos elementos centrais para que se compreenda como se dá a legitimação do que se entende como rádio comunitária “autêntica”. Lê-se em Girardi e Jacobus a seguinte perspectiva sobre como fazer comunicação comunitária:

[...] as pessoas mais indicadas para falarem sobre determinada realidade são aquelas que as vivenciam. É muito mais legítimo que um morador de bairro ou cidade fale sobre como é morar lá, quais os problemas, quais as necessidades, do que alguém de fora, que não acompanha de perto os acontecimentos do local. Isto vale não só para um bairro, mas também para as categorias de trabalhadores, setores sociais, defensores de uma causa específica e mesmo em todos os temas onde tenha gente envolvida e organizada em torno de objetivos comuns – por isso, falamos em comunidade (GIRARDI; JACOBUS, 2009, p. 10).

Assim, o ator autorizado a falar é o que está envolvido com o tema e é compreendido pelos demais como participante daquela realidade. A mesma percepção é observada em Hollander (2002), o qual compreende que uma definição precisa de comunicação comunitária implica que tanto o comunicador quanto o receptor da informação são participantes do mesmo ambiente (*background*), tendo interesses comuns. Isso implica a restrição da comunicação, ou melhor, a orientação desta para determinados segmentos do público, diferenciando-se, dessa forma, da comunicação de massa.

Vale ressaltar, ademais, que tal perspectiva faz com que se compreenda a postura de jornalistas e comunicadores de procurarem estar diretamente envolvidos com os temas que trazem para discussão na rádio. Quando vão entrevistar alguém em uma passeata, fazem como manifestantes, enquanto militantes, postando-se ao lado, de forma de legitimá-los junto a esses grupos e diferenciá-los das demais formas de comunicação.

Assim, essa linha de interpretação compreende que o popular que se busca não é em um sentido quantitativo ou massivo. É, antes, um significado alternativo de representação e comunicação, no sentido que não busca abrangência, mas diferenciação do que se compreende como constitutivo do *status quo*. Para tanto, as rádios comunitárias devem, por princípio, ter as seguintes características, de acordo com Peruzzo (1998, p.257-258):

- a) não ter fins lucrativos;
- b) ter programação comunitária (realizada por público da localidade e não profissional);
- c) ter gestão coletiva;
- d) ter interatividade;
- e) apoiar a valorização da cultura local;
- f) ter compromisso com a cidadania;
- g) apoiar a democratização da comunicação.

É esse o discurso dos produtores da RádioCom, seja no dia a dia, ou em assembleias com os produtores da rádio. Reconhecem, no entanto, que não conseguem realizar a totalidade dos temas, em especial a gestão coletiva. Há eleições para a decisão dos coordenadores da rádio, mas estes, geralmente, são sindicalistas ou aqueles envolvidos há muitos anos com a rádio, muito em razão da baixa participação nas assembleias que elegem tais cargos.

Também sobre a profissionalização dos produtores da emissora, percebeu-se que sem a remuneração de algumas pessoas para a produção e operação cotidiana, o projeto seria inviável, razão pela qual são mantidas sete pessoas pagas, todas com o mesmo salário, para operação e jornalismo. Não há possibilidade de que essas pessoas ocupem cargos eletivos na rádio, pois trata-se de uma produção mista, com “voluntários” e “colaboradores”.

EM BUSCA DO TRAJETO: AUTORES, BAIRROS, CULTURA E A ESQUERDA COMO CONSTITUINTES DA VISÃO DE MUNDO

Parte significativa da bibliografia sobre o tema, quando busca identificar o que é uma rádio comunitária, se baseia na perspectiva marxista. Como bem nota Aguiar (2007, p. 133), essa perspectiva vai “da ênfase nas bases materiais à ênfase nas bases imateriais em direção a uma mudança social revolucionária”.

No entanto, seria incorreto pensar que as demais perspectivas não recebem influências, cabendo tal “denúncia” para compreender a posição do analista. Esses elementos também são atinentes a esta pesquisa, haja vista que grande parte dos executores da rádio é orientada por essas visões de mundo, utilizando, inclusive, tais definições para a produção da rádio, razão pela qual tais leituras são observadas na realidade.

Ressalte-se que os autores citados e parte significativa dos sujeitos desta pesquisa¹⁰ utilizam tais critérios como base para julgar o que é comunitário ou não. Muitos tendem a empregar um vocabulário eclético, com termos e categorias tais como “esfera pública”, “comunicação de massa”, “sociedade civil” e “revolução socialista”.

[10] Na maioria das vezes de maneira espontânea, sem relacionar com os autores que elaboraram tais conceitos, tornando-se, creio, o senso comum do grupo. No entanto, tais termos foram introduzidos por aqueles sujeitos que tiveram formação superior e, portanto, conhecimento dos autores que introduziram tais categorias e tornando-se parte do *habitus* do campo estudado.

Além de tais categorias utilizadas pelos indivíduos da rádio, é preciso observar o grupo que está à frente do processo analisado. Um segundo requisito, além do emprego da terminologia, o qual passa a ser de senso comum do grupo observado, é a necessidade de consolidar um agente coletivo, preferencialmente, em forma de movimento social, por meio de convencimento através da comunicação nos moldes comunitários considerados como legítimos.

A primeira definição necessária para compreender o *comunitário* empregado na RádioCom, portanto, trata do entendimento de que os produtores dessa emissora entendem por esta categoria. Conforme exposto anteriormente, a noção geográfica como definidora de comunidade é oriunda de Tonnies (1973) e acaba por reforçar a legislação a respeito do tema¹¹. Grande parte das rádios comunitárias enquadra-se nessa definição, variando o grupo ou o indivíduo que gere tais organizações.

Em contraste, a rádio caracteriza-se por realizar uma transmissão que busca a comunicação com toda a cidade, o que é possível por transmitirem o sinal também por via digital, no site da rádio¹². *Alô, alô comunidade!* – anuncia Antônio, ao iniciar a transmissão do programa diário de notícias *Contraponto*, logo emendando uma saudação aos que escutam o programa.

[11] Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1998, muito contestada pelos movimentos de rádios comunitárias no país por ser extremamente restritiva no que diz respeito à concessão de licenças de operação, ao alcance permitido para as rádios (aproximadamente 1 km²), frequência (a qual deve ser a mesma para todas as rádios) e sobre apoios culturais (sendo proibida a veiculação de comerciais gravados ou que falem de produtos), entre outras diversas razões.

[12] www.radiocom.org.br

Da mesma forma, os produtores do programa de Hip Hop, ao se comunicarem com seus ouvintes, assim como ao transmitir alguma música produzida na cidade, procuram enumerar todos os bairros em que realizam eventos ou em que há grupos de *rap* que eles têm conhecimento. Desse modo, diante da realidade da RádioCom, é possível compreender que faz sentido a definição de *comunidades* como público pertinente, não se encerrando aí o foco da emissora e seus produtores. Trazem o pertencimento territorial como forma de localizar os ouvintes, mas não restringem a definição comunitária a essa dimensão. Criam uma comunidade com base na formação de ouvintes (*radiocompanheiros*) que participam da audiência, de eventos, comentam nas mídias sociais e têm uma visão de mundo próxima à proposta pela rádio.

Outra definição de comunidade ideológica, que congrega uma série de indivíduos que partilham de opiniões comuns, de uma *visão de mundo* minimamente coerente, ou ainda, com certa homogeneidade. É um grupo de pessoas que busca se comunicar com aquelas que compreende ter uma visão afim.

Pepe, anarquista autodidata, neto de italiano e de africana, como se apresenta, produz o programa *Samba e Liberdade*, que vai ao ar nos domingos à tarde. Pepe foi entrevistado enquanto realizava o programa, ao som de *Silêncio no Bexiga*¹³, e entre um samba e outro dissertava para os ouvintes sobre africanidade, anarquismo e cultura. O pesquisador lhe perguntou sobre o que é, em seu entendimento, a rádio:

O *Samba e Liberdade* só é possível porque existe a RádioCom..., e aí tem suas riquezas e também os seus limites, [...] uma experiência de esquerda, plural, porque tem pessoas que não são de esquerda aqui, o que é rico também, que fazem um programa que não tem um perfil mais político e explícito. Ela é plural culturalmente e politicamente neste sentido, mas ela tem um perfil de esquerda e democrático, amplo, e que juntando pessoas que discordavam dos rumos do monopólio e do autoritarismo na área de comunicação que é tão evidente no mundo da mídia no Brasil, e no caso específico de Pelotas, e criou algo muito original em termos. Porque ela é uma rádio comunitária, mas o termo mais adequado é rádio político cultural. No veio das rádios comunitárias ela é uma rádio político-cultural, que não há muitas no Brasil, eu imagino. Eu acompanho muitos documentários sobre rádios comunitários no Brasil e não se fala de uma rádio com o perfil como esse que a RádioCom tem. Um perfil que tem uma intensidade de perfil político com essa mistura de esquerda é raríssimo no Brasil, e também um perfil cultural como é, que ela tem. E aí ela também se beneficia também do de Pelotas, que está entre o pampa, o Rio da Prata, Buenos Aires e Montevideu e o mundo do Atlântico Negro, essa coisa negra de Pelotas, do samba e tudo isso. Então essa riqueza de passa pela própria RádioCom. Tem um programa, por exemplo, de tango, com seu (Fulano). [...] Então a rádio dá voz a vozes que não teriam, não tem expressão na mídia tradicional burguesa capitalista da cidade. Então, nesse sentido, é um espaço público democrático amplo, que é raríssimo no Brasil contemporâneo. Então o *Samba e Liberdade* só ocorre porque existe a RádioCom (Pepe, 2012).

[13] Música de Geraldo Filme, sambista paulista que conta a história de Pato n'Água, outro sambista do bairro Bexiga, que teria sido assassinado pelo esquadrão da morte da polícia em 1969.

É interessante a fala de Pepe sobre a percepção de um “perfil de esquerda”. Nota, com razão, que nem todos os produtores da rádio, e “são mais de 80 pessoas que circulam na rádio por semana”, se autoidentificam dessa maneira.

Jankowski e Prehn (2002) compreendem que as rádios comunitárias se definem mais pela busca da participação na produção na rádio do que no público ouvinte. Percebe-se tal perspectiva na rádio, buscando “dar voz àqueles que não têm voz nos meios tradicionais”, como alguns comunicadores, como Antônio, produtor de *Cantos de Luta e Esperança* e apresentador do *Contraponto*, costuma afirmar. Parece haver a percepção de que a diversidade de programas, que expressam variados estilos musicais, comunicacionais e assuntos, traz aquilo que os formuladores da rádio compreendem como um projeto anti-hegemônico e de esquerda através da promoção de artistas locais, da “cultura” como forma de cooptação política.

Renato, antigo coordenador de programação da rádio, comenta:

Tu tem a rádio enquanto instrumento que valoriza a comunidade, o artista local, a cultura. Desesconde muito artista. Acho que o grande papel da rádio é desesconder. Uma vez o Gilberto Gil falou isso aí e bateu na minha cabeça. Tem que desesconder realmente os artistas locais. E esse é o papel da RádioCom. Um papel político e ideológico, na questão da comunicação, surge o papel cultural das rádios comunitárias. Por isso que eu digo que ela consegue envolver a comunidade, esse conceito que é difícil de definir, complicado mesmo, mas acho que a RádioCom cumpre um papel, tenta se aproximar o

máximo da comunidade através dessa coisa aí. Através dos artistas, dos atores sociais da cidade. Não sei se ela cumpre ou não cumpre um papel (Renato, 2012).

Renato percebe o papel central do que compreende ser a cultura como instrumento de convencimento para o “projeto de esquerda”. Oriundo do meio sindical e desgostoso com o atual cenário político, compreendendo tanto o papel do sindicato na relação com os movimentos culturais da cidade quanto os acontecimentos na política institucional partidária, Renato percebe que a cultura, entendida como expressões artísticas, é capaz de convencer as pessoas a adotarem uma visão de esquerda através de uma disputa cultural, já que tais artes teriam um conteúdo que compartilha uma visão de mundo que busca a transformação. No entanto, não é qualquer cultura, mas aquela que compreende trazer elementos que interpretam ser próprios do meio de esquerda, da seleção da programação e, em especial da música. Certa vez ele havia comentado sobre os riscos de “rebaixar” a programação para atrair mais ouvintes, o que seria possível pela mudança das músicas. O pesquisador perguntou a ele o que queria dizer com o termo *rebaixamento*:

Do conteúdo. Principalmente pelo conteúdo. Da letra, um absurdo. Umas coisas... Então é com esse tipo de conteúdo tu consegue despolitizar realmente. Tu tinha uma geração de 68 que a pauta era um festival de música. Se tu pegar há um tempo atrás. Mas eu acho que é a questão de conteúdo mesmo da rádio que é um diferencial, que isso diferencia. Eu acho que os programas são, claro com nuances, são programas quase iguais aos de rádio comercial, mas tem o conteúdo que é o diferencial. Agora, se a gente qui-

sesse rebaixar ela, aí teria que rebaixar a questão da música. Um Chico Buarque ia tocar de vez em quando. Não ia poder descobrir novos talentos. Ia ser uma coisa meio que comercial, para ganhar dinheiro. Então é difícil um apoiador cultural apoiar uma rádio comunitária, que já tem essa pecha de comunitária, entre aspas, já se assusta porque tem uma série de pilantras que usam a palavra comunitária, como tem também entre empresários, no mundo empresarial. Então, eu acho que não é rebaixando o discurso, é tendo um alto nível, vai ser mais difícil de fazer, mas é isso aí, é uma luta (Renato, 2012).

genérica, sem colocar em contradição aparente as falas da rádio com o posicionamento do governo, salvo em situações pontuais.

Assim, a RádioCom permanece em funcionamento como um espaço de expressão de grupos marginalizados dos espaços midiáticos tradicionais, modificando sua postura de embate direto por uma de crítica e construção a partir do conceito de democratização da comunicação, entendida como uma construção dialógica entre governo e movimento social. ■

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a rádio comunitária é uma organização militante que encontra nesse formato uma maneira de disputar a sociedade para seus valores de esquerda. Busca, assim, a construção de uma comunidade ideológica, com uma perspectiva de esquerda, compreendida como aquela alinhada aos movimentos sociais, sindicatos, músicos locais alternativos e que tenta enfatizar pautas como diversidade, cultura, política e participação popular.

Para tais fins, a rádio encontra dificuldades oriundas da configuração organizacional e apoios que recebe para continuar suas transmissões relacionadas aos conflitos que surgem da ascensão do PT ao poder, pois não consegue renovar o quadro de militantes que antes a compunha. Trabalha, nessa perspectiva, com um discurso que trata de temas da esquerda de maneira

A pesquisa integra parte da tese intitulada “Não basta estar no ar, tem que ser comunitária: dinâmicas de (des)engajamento em uma organização militante” (SEVERO, 2014).

[RICARDO GONÇALVES SEVERO]

Professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em Ciências Sociais (PUCRS).

Integrante do Grupo de Pesquisas DIPEM (Dinâmicas Políticas, Estado e Movimentos Sociais). Realiza pesquisas em Sociologia Política, Educação e Metodologias Qualitativas.

E-mail: rg.severo@hotmail.com.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. F. Rádios Comunitárias: estratégias de movimentos sociais e modelos de ação política. **Revista Mediações**, v. 12, p.132-153, jul./dez. 2007.

BAHIA, L. M. **Rádios Comunitárias**: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CARVALHAL, A. C. O. **Comunicação Comunitária**: uma releitura dos principais conceitos. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Famescos, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CILTO, J. R.O **Jornalismo nas Rádios Comunitárias**. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FASANO, Patrícia. **Mudança de estilo**: etnografia sobre comunicação comunitária, cultura popular, rádio, participação, igreja católica e política num bairro da Argentina. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GIRARDI, I.; JACOBUS, R.(Orgs.). **Para Fazer Rádio Comunitária com “C” Maiúsculo**. Porto Alegre: Revolução de Ideias, 2009.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1989.

HOLLANDER, E. Community Media and Online Communities: towards a theoretical and methodological framework. In: **Community Media in the Informtion Age**: perspectives and prospects. New Jersey: Hampton Press, 2002.

JANKOWSKI, N. W.; PREHN, O. **Community Media in the Information Age**: perspectives and prospects. New Jersey: Hampton Press, 2002.

LEAL, S.; RIBEIRO, L. M. Mídias Alternativas e Esfera Pública: democracia e reconhecimento nas rádios comunitárias no Brasil e na França. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 12, n. 23, p.65-96, 2007.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 9. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MICHELLS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

PERUZZO, C. K. **Comunicação nos Movimentos Populares**: a participação na construção da cidadania. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SEVERO, R. G. **Não basta estar no ar, tem que ser comunitária: dinâmicas de (des)engajamento em uma organização militante**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

SOUZA, M. E. S. Redes Sociais e mediação no “movimento negro de Sergipe”. In: XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. **Anais...** Salvador, 07-10 ago. 2011. Disponível em: <http://followscience.com/content/509097/salvador-ba-gt-05-morfologia-do-protesto-soc-xi-congresso/>. Acesso em: 01 nov. 2017.

SILVA, T. **Gestão e Mediações nas Rádios Comunitárias**: um panorama do Estado de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2008.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional/ Edusp, 1973.

VENTURA, G. C. **Educação para a Cidadania Via Rádios Comunitárias**. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 32, n. 63, p. 167-185, 2007.